



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

038939/2024

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 6f53051e-c3c8-4c7b-bf5d-b8007cacc454

AUTUADO EM	Terça-feira, 19 de Novembro de 2024
LOCAL DA AUTUAÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
AUTUADO POR	JONATHAN PINHEIRO CHAVES
INTERESSADO (S)	
PRIMETECH INFORMÁTICA EIRELI	

RESUMO

*IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.139/2024
EMPRESA: PRIMETECH INFORMÁTICA LTDA - CNPJ:
03.812.745/0001-43 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19.945/2024*

DATA:19/11/2024





Nova Friburgo Prefeitura <pregaoeletronico.friburgo@gmail.com>

Fwd: IMPUGNAÇÃO - 985867 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RJ - PREGÃO ELETRÔNICO 90139/2024

Secretaria TI Subsecretaria <ti.pmnf@gmail.com>

19 de novembro de 2024 às 10:17

Para: Nova Friburgo Prefeitura <pregaoeletronico.friburgo@gmail.com>

Segue solicitação de impugnação do edital do servidor.

----- Forwarded message -----

De: **Romulo Rodrigues** <analise.ti.pmnf@gmail.com>

Date: ter., 19 de nov. de 2024 09:51

Subject: Fwd: IMPUGNAÇÃO - 985867 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RJ - PREGÃO ELETRÔNICO 90139/2024

To: Secretaria TI Subsecretaria <ti.pmnf@gmail.com>, Lucimar Junqueira <lucimarpmnf.ti@gmail.com>

segue para conhecimento.

att

**Rômulo Rodrigues****Gerente de Ti, Prefeitura de Nova Friburgo****(22) 998867796 | pmnf.rj.gov.br | analise.ti.pmnf@gmail.com**

----- Forwarded message -----

De: **Licitação - Primetech** <licitacao01@primetech.emp.br>

Date: seg., 18 de nov. de 2024 às 18:24

Subject: IMPUGNAÇÃO - 985867 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RJ - PREGÃO ELETRÔNICO 90139/2024

To: <analise.ti.pmnf@gmail.com>

Cc: <mauricio@primetech.emp.br>, licitacao02 <licitacao02@primetech.emp.br>

DADOS DA EMPRESA

Razão social: PRIMETECH INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 03.812.745/0001-43

Endereço: [Rua Conde de Bonfim, 112 – Tijuca](#) – cep: 20.520-053

Telefone: (21) 3872-2414

E-mail: licitacao01@primetech.emp.br

Cidade: Rio de Janeiro

UF: RJ

INFORMAÇÕES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO 90139/2024

985867 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO - RJ

Prezados Senhores,

Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratações no âmbito da Administração Pública, a PRIMETECH INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.812.745/0001-43, vem, respeitosamente, à presença de V.Sas., apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** nº 90139/2024 – Pregão eletrônico, referente ao processo licitatório em epígrafe, com base nas razões a seguir expostas.

DA IMPUGNAÇÃO IMTEMPESTIVA

Em razão de fatores excepcionais que inviabilizaram a apresentação dentro do prazo estabelecido, solicitamos que seja admitida a impugnação, apesar de intempestiva, com base no interesse público e na necessidade de garantir a legalidade e a moralidade administrativa no processo licitatório.

Justificativa para a Intempestividade

A intempestividade da presente impugnação decorre do fato de que só foi possível a decisão de impugnar após a negativa da Administração Pública em atender ao pedido de esclarecimentos, no qual tentávamos contornar as restrições identificadas no edital. Essa negativa impediu que a impugnação fosse apresentada dentro do prazo regimental.

Em função disso, solicitamos que, considerando a relevância do tema e o impacto potencial no interesse público, a impugnação seja apreciada no mérito, ainda que apresentada fora do prazo legalmente estabelecido.

DA EXIGÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS DE ESTUDOS E PADRONIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Esclarecimento 02: *O pertencimento nesta lista TSANET não está relacionado a qualidade do equipamento que está sendo adquirido. Diversos fabricantes relevantes no mercado de TI não constam na restrita lista de membros Elite, como por exemplo Intel e AMD. Com a finalidade de economicidade e ampla participação, entendemos que aceitarão o registro em qualquer uma das categorias, bem como de empresas do mesmo grupo. O nosso entendimento está correto?*

RESPOSTA: *Não. Entendemos que a lista TSANET não se trata de qualidade de equipamento e sim de uma seleção de empresas que se destacam pela qualidade e excelência no suporte técnico. Serviço de suporte técnico que foi solicitado no edital. Estar na lista elite TSANET significa que uma empresa não apenas está comprometida com os mais altos padrões de qualidade no atendimento e suporte técnico, mas também tem acesso a uma série de benefícios exclusivos, como colaboração com outras empresas de alto nível, acesso a recursos e ferramentas especializadas, e reconhecimento no mercado como um prestador de serviços confiável e eficiente. Exclusividade, Qualidade de Suporte, Colaboração Global, Reconhecimento de Mercado, Acesso a Recursos e Exclusivos Benefícios Comerciais e de Relacionamento são características das empresas listadas na lista Elite TSANET. Esses pontos foram cruciais para pedirmos esse ponto no edital.*

Esclarecimento 03:

O pertencimento a qualquer uma das categorias dos membros da DTMF não está relacionado a qualidade o equipamento que está sendo adquirido. Diversos fabricantes relevantes no mercado de TI não constam na restrita

lista de membros BOARD, como por exemplo IBM, Microsoft, NVIDIA, AMD, HP, Inc. Com a finalidade de economicidade e ampla participação, entendemos que aceitarão o registro dos fabricantes membros das categorias Board ou Leadership. O nosso entendimento está correto?

RESPOSTA: Não. A expressão "equipamentos com condição de BOARD" se refere a equipamentos ou sistemas de gerenciamento de infraestrutura que são utilizados para monitoramento, controle e gerenciamento de servidores, hardware e recursos de TI em um nível corporativo ou estratégico. Estes equipamentos estão mais ligados à infraestrutura técnica de gerenciamento de TI, como servidores, controladores e dispositivos de monitoramento, que ajudam a garantir a saúde operacional da infraestrutura de TI de uma organização. Equipamentos de condição BOARD são componentes essenciais para o gerenciamento de servidores, unidades de armazenamento e outros componentes de hardware, o que faz jus a essa solicitação no edital.

Esclarecimento 04: O pertencimento a qualquer uma das categorias dos membros da DTMF não está relacionado a qualidade o equipamento que está sendo adquirido. Diversos fabricantes relevantes no mercado de TI não constam na restrita lista de membros PROMOTER, como por exemplo IBM, CISCO; Huawei, etc. Com a finalidade de economicidade e ampla participação, entendemos que aceitarão o registro dos fabricantes membros das categorias PROMOTER ou Contributors. O nosso entendimento está correto?

O edital estabelece a exigência de participação como membro de grupos de estudos e padronizações internacionais para a habilitação dos licitantes, como condição para a contratação de equipamentos de TI para data center. Essa exigência é restritiva e prejudica diretamente a competitividade do certame, ao limitar a participação de empresas nacionais, como a Daten Tecnologia, em favor de grandes multinacionais com mais facilidade para atender a esse requisito. Até mesmo empresas entre as maiores do mundo, como por exemplo a IBM, não cumprem as exigências em questão.

Violação aos Princípios da Isonomia e Competitividade

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 3º, impõe que as licitações públicas sejam regidas pelos princípios da isonomia e da ampla concorrência, de modo a garantir que todos os interessados possam competir em condições de igualdade. A exigência de participação em grupos internacionais favorece desproporcionalmente empresas multinacionais, como a DELL, que possuem maior capacidade para cumprir tais exigências, em detrimento de fabricantes genuinamente nacionais, com vasta experiência e qualificação.

Portanto, essa exigência restritiva prejudica empresas nacionais e fere diretamente os princípios da isonomia e da competitividade, de forma que a licitação fica desequilibrada.

Princípio da Eficiência e Justificativa Técnica

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 5º, preconiza que as exigências do edital devem ser proporcionais e adequadas ao objeto da licitação. Não se demonstra que a exigência de participação em grupos de padronização internacionais seja essencial ou justificada para o cumprimento do objeto da licitação, que consiste na aquisição de equipamentos de TI para data center. Empresas nacionais possuem experiência técnica comprovada e podem perfeitamente fornecer as soluções requeridas sem a necessidade de integração em grupos internacionais.

Dessa forma, tal exigência não atende ao princípio da eficiência e não é justificável em termos de necessidade técnica.

DA NECESSIDADE DE REVISÃO DO EDITAL

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 3º, § 1º, estabelece que as licitações devem assegurar o tratamento isonômico entre os participantes e ampliar a competitividade. A exigência atacada não se justifica para aquisição dos equipamentos e, além de restringir a concorrência e criar um cenário de favorecimento indevido de empresas multinacionais, em detrimento de empresas nacionais com igual competência técnica. Essa situação viola o princípio da competitividade e a liberdade de concorrência, prejudicando o processo licitatório.

Em razão disso, solicitamos que o edital seja revisado para eliminar ou modificar essa exigência, a fim de permitir a participação ampla e igualitária de todas as empresas qualificadas, sem restrições desproporcionais.

DA JURISPRUDÊNCIA E DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e a doutrina têm reiterado que exigências excessivas e desproporcionais nos editais de licitação restringem a competitividade e comprometem os princípios da isonomia, da moralidade administrativa e da eficiência. O artigo 42 da Lei nº 14.133/2021 reafirma que as impugnações ao edital devem ser acolhidas quando houver irregularidades que prejudiquem a competitividade e o interesse público.

13. Neste sentido, cumpre destacar a importância do Acórdão nº 2993/2015 – TCU – 2ª Câmara, publicado no Diário oficial da União nº 109, do dia 11 de junho de 2015, que, indubitavelmente, deve ser alçado ao nível de referência a ser seguida na elaboração de Editais que possuam como escopo a aquisição de equipamentos de informática, e que segue abaixo na íntegra:

“ACÓRDÃO Nº 2993/2015 - TCU - 2ª Câmara 1. Processo TC 003.989/2015-1.

2. Grupo I - Classe VI - Representação.

3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC.

4. Relatora: ministra Ana Arraes.

5. Representante do Ministério Público: não atuou.

6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina - Secex/SC.

7. Advogado: não há.

8. Acórdão: VISTA, relatada e discutida esta representação de empresa participante do pregão eletrônico para registro de preços 147/2014, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) para aquisição de computadores, monitores, tablets e outros bens de informática. ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com base no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:

9.1. conhecer da representação e julgá-la procedente;

9.2. considerar prejudicada, por perda de objeto, a medida cautelar que suspendeu os itens 1, 2, 3 e 4 do pregão eletrônico 147/2014;

9.3. DAR CIÊNCIA AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA DE QUE A INCLUSÃO, NOS EDITAIS DE LICITAÇÃO, DE EXIGÊNCIA DE CERTIFICADO EMITIDO POR CERTIFICADORA ESPECÍFICA, como verificado no pregão eletrônico 147/2014, frustra o caráter competitivo do certame e caracteriza afronta ao art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 e ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal; (grifo nosso)

9.4. dar ciência deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, à representante;
e

9.5. arquivar os autos. 10. Ata nº 17/2015 – 2ª Câmara. 11. Data da Sessão: 2/6/2015 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2993-17/15-2.

13. Especificação do quorum.

13.1 Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2 Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.”

(Grifo nosso)

PROCESSO: TCE-RJ No 218.723-6/2021

ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

III. Pela **PROCEDÊNCIA** desta Representação, pelas razões elencadas neste Voto;

IV. Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito Municipal de Volta Redonda, nos termos do artigo 26, § 1º do Regimento Interno do TCE-RJ, para que tenha ciência da presente decisão e adote as seguintes **DETERMINAÇÕES**, antes da realização do Pregão Eletrônico nº 034/2021, sob pena de nulidade, sem a necessidade de que comprove, neste processo, seu cumprimento¹⁰, alertando-o que o não atendimento às decisões plenárias desta Corte torna seus responsáveis passíveis de aplicação de multa:

IV.1. Adotar a seguinte redação para o **subitem 1.2.16.e) do Termo de**

Referência: “Possuir certificação EPEAT, a ser comprovada na *site* www.epeat.net, sendo aceita a comprovação pelo Rótulo Ecológico reconhecido pelo Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro)”;

IV.2. Dar nova redação ao subitem **1.2.16.j) do Termo de Referência:** “O fabricante do equipamento deverá fornecer certificado de reconhecimento ECOVADIS ou possuir os certificados OHSAS 18001, ISO 9001, ISO 14001 e Portaria nº 170 do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro)”;

PROCESSO: TCE-RJ nº 221.496-0/22

ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA

Face o exposto, opina-se:

I. Pela **PERDA DO OBJETO** da tutela provisória concedida na Decisão Plenária de 27/07/2022;

II. **COMUNICAÇÃO** ao Prefeito do Município de Volta Redonda com **DETERMINAÇÃO** para que, em licitações futuras, se abstenha de incluir tal exigência, salvo se comprovada tecnicamente a inviabilidade da utilização de outro tipo de certificação, tendo ciência de que o não atendimento às determinações desta Corte poderá ensejar a aplicação de multa, nos termos previstos no artigo 63, inciso IV da Lei Complementar nº 63/90;

III. **COMUNICAÇÃO** ao Representante, a fim de que tome ciência da decisão deste Tribunal de Contas;

IV. **ARQUIVAMENTO** deste processo.

III - Pela EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO à Representante a fim de que tome ciência da decisão desta Corte.

IV- Pelo posterior **ARQUIVAMENTO** do presente processo.

Portanto, ainda que a impugnação seja intempestiva, o interesse público e a legalidade do certame devem prevalecer, sendo justificável a análise do mérito da impugnação.

O estabelecimento, no Edital, de cláusulas ou condições que possam comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame, estabelecendo preferências ou distinções entre os licitantes é considerado conduta vedada ao agente público responsável pela sua elaboração e divulgação.

Todo e qualquer tratamento discriminatório é ato que demonstra arbitrariedade, além de afrontar de forma brutal, não somente o princípio da isonomia, mas também os princípios da impessoalidade, moralidade e probidade; daí o porquê de a Lei o proibir expressamente.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. O acolhimento da impugnação, mesmo diante da intempestividade, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e a necessidade de correção de irregularidades que comprometem a competitividade e a legalidade do processo licitatório.
2. A revisão do edital, especialmente no que tange à exigência de participação em grupos de estudos e padronizações internacionais, de modo a garantir a isenção e ampla concorrência entre os licitantes, permitindo a participação de empresas genuinamente nacionais, como a Daten Tecnologia.

Na certeza de que a presente impugnação será analisada com a devida atenção, agradecemos desde já pela compreensão e aguardamos a devida resposta.

Atenciosamente,

Primetech Informática Eireli

CNPJ N.º 03.812.745/0002-24

Tel:(21) 98269-0205/3170-4898



Não contém vírus.www.avast.com



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

À Subsecretaria de Tecnologia da Informação e comunicação

Processo Licitatório nº 19.945/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.139/2024, que tem por objeto o **CONTRATAÇÃO de empresa especializada para o fornecimento de servidores de TI com os serviços de instalação, serviço de migração e configuração, certificação e garantia para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.**

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **PRIMETECH INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.812.745/0001-43, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, por intermédio de seu representante legal, **INTEMPESTIVAMENTE**, contra os termos do Edital do **Pregão Eletrônico n.º 90.139/2024**.

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra as especificações técnicas do Termo de Referência, ao alegar que: i.) as exigências relacionadas aos grupos de padronização TSANET e DTMF são restritivas e desproporcionais, beneficiando grandes multinacionais em detrimento de empresas nacionais qualificadas, como a Daten Tecnologia.; e que ii.) essas condições violam os princípios da isonomia, ampla concorrência, eficiência e proporcionalidade, previstos na Lei nº 14.133/2021.”; iii.) aduz que a impugnação, apesar de intempestiva, deve ser analisada em razão do relevante interesse público e potencial prejuízo à competitividade do certame.

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da Impugnação para republicação do Edital devidamente retificado.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

II. DA DILIGÊNCIA

Com base no artigo 16º, parágrafo §1º da IN SEGES/ME nº 73/202 e no subitem 26.11 do Edital, que trata das competências do setor requisitante para análise técnica de elementos impugnados, encaminho o processo para manifestação técnica do setor requisitante, a fim de subsidiar a decisão final deste Pregoeiro.

Recomenda-se que o setor requisitante avalie:

1. A necessidade técnica e justificativa das exigências impugnadas, considerando a proporcionalidade e adequação ao objeto da licitação.
2. Eventuais ajustes no edital para ampliação da competitividade e isonomia, sem prejuízo à qualidade técnica ou eficiência.
3. Impactos sobre o interesse público no prosseguimento do certame com as condições atuais.
- 4.

Dado que a realização do pregão eletrônico está agendada para o dia **21 de novembro de 2024**, solicito urgência na análise e retorno desta manifestação.

Nova Friburgo, 19 de novembro de 2024.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula nº 206.870



SECRETARIA DE FINANÇAS,
PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E GESTÃO

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

Processo Licitatório nº 90139/2024 - Pregão Eletrônico

Impugnação apresentada pela empresa Primetech Informática Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.812.745/0001-43

I - DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Inicialmente, cumpre esclarecer que o prazo legal para apresentação de impugnações ao edital é definido no artigo 164 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece:

"A impugnação ao edital deverá ser apresentada em até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública."

No presente caso, a impugnação foi protocolada fora do prazo estabelecido, o que torna a análise da matéria prejudicada, nos termos da legislação vigente. A tempestividade é requisito essencial para a análise de impugnações, salvo em situações excepcionais, quando evidenciado risco ao interesse público, o que não se aplica ao caso em tela.

O não atendimento ao prazo regulamentar inviabiliza a admissão da presente impugnação.

II - DA ESSENCIALIDADE DOS REQUISITOS DO EDITAL

Ademais, as exigências questionadas no edital já foram objeto de esclarecimentos prévios, disponibilizados a todos os interessados no certame, nos quais ficou demonstrada a relevância técnica e estratégica dessas condições para garantir a qualidade do suporte técnico e a eficiência operacional dos equipamentos de TI adquiridos.

Reafirma-se que:

1. **Participação em grupos de estudos e padronizações internacionais:** Esse requisito foi devidamente justificado como indispensável para assegurar a excelência no suporte técnico, acesso a recursos avançados e conformidade com padrões reconhecidos internacionalmente, sendo essencial para a manutenção da infraestrutura de TI da Prefeitura.
2. **Competitividade e ampla participação:** O edital não impede a participação de empresas nacionais qualificadas, desde que estas atendam aos critérios estabelecidos, que visam garantir a adequação técnica ao objeto da contratação.

A seleção criteriosa dos fornecedores, mediante tais requisitos, é necessária para atender as necessidades específicas da Prefeitura, assegurando eficiência administrativa e proteção ao interesse público.

III - DA MANUTENÇÃO DO EDITAL E DA NEGATIVA DE ANÁLISE DO MÉRITO

Diante do exposto, informamos que:

3. A impugnação apresentada pela empresa **Primetech Informática Ltda é intempestiva**, não podendo ser admitida, conforme preceitua o artigo 164 da Lei nº 14.133/2021.
4. As exigências do edital permanecem válidas e fundamentadas na necessidade de garantir a qualidade dos serviços de TI contratados, sendo indispensáveis para atender as demandas estratégicas da Prefeitura.

Por fim, reitera-se que o objeto da licitação é essencial para o pleno funcionamento das atividades de TI do município, não havendo qualquer irregularidade ou vício no processo licitatório que justifique a revisão do edital.

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: aadbb67f-d59e-472a-a3f0-5fe84516ddc5

Papel Timbrado Secretaria de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão Nº 000016/2024





SECRETARIA DE FINANÇAS,
PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E GESTÃO

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: aadbb67f-d59e-472a-a3f0-5fe84516ddc5

Papel Timbrado Secretaria de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão Nº 000016/2024





SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO PE 90.139/2024 – PRIMETECH

Processo Licitatório nº 19.945/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.139/2024, que tem por objeto o **CONTRATAÇÃO de empresa especializada para o fornecimento de servidores de TI com os serviços de instalação, serviço de migração e configuração, certificação e garantia para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.**

Em cumprimento ao disposto nos termos do artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073 de 30 de setembro de 2022, o Pregoeiro desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 689 de 05 de junho de 2024, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento da Impugnação interposta pela empresa **PRIMETECH INFORMÁTICA LTDA**, doravante denominada Impugnante, em 18 de novembro de 2024, portanto, **INTEMPESTIVA**, contra os termos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.139/2024**, informando o que se segue:

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra as especificações técnicas do Termo de Referência, ao alegar que: i.) as exigências relacionadas aos grupos de padronização TSANET e DTMF são restritivas e desproporcionais, beneficiando grandes multinacionais em detrimento de empresas nacionais qualificadas, como a Daten Tecnologia.; e que ii.) essas condições violam os princípios da isonomia, ampla concorrência, eficiência e proporcionalidade, previstos na Lei nº 14.133/2021.”; iii.) aduz que a impugnação, apesar de intempestiva, deve ser analisada em razão do relevante interesse público e potencial prejuízo à competitividade do certame.



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da Impugnação para republicação do Edital devidamente retificado.

IV. DA ANÁLISE TÉCNICA

Considerando que as alegações da impugnante são estritamente técnicas, o assunto foi submetido à Equipe Técnica da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação para análise e manifestação.

A Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, através de seus responsáveis técnicos, conforme documentos acostados às fls. 10 e 11 do Processo de Recurso 38.939/2024, no qual negou provimento às alegações da impugnante, informando, sucintamente que, Reafirma-se que: *i.) quanto a participação em grupos de estudos e padronizações internacionais: Esse requisito foi devidamente justificado como indispensável para assegurar a excelência no suporte técnico, acesso a recursos avançados e conformidade com padrões reconhecidos internacionalmente, sendo essencial para a manutenção da infraestrutura de TI da Prefeitura; ii.) Quanto a competitividade e ampla participação: O edital não impede a participação de empresas nacionais qualificadas, desde que estas atendam aos critérios estabelecidos, que visam garantir a adequação técnica ao objeto da contratação; iii.) A seleção criteriosa dos fornecedores, mediante tais requisitos, é necessária para atender as necessidades específicas da Prefeitura, assegurando eficiência administrativa e proteção ao interesse público; iv.) A impugnação apresentada pela empresa Primetech Informática Ltda é intempestiva, não podendo ser admitida, conforme preceitua o artigo 164 da Lei nº 14.133/2021; v.) As exigências do edital permanecem válidas e fundamentadas na necessidade de garantir a qualidade dos serviços de TI contratados, sendo indispensáveis para atender as demandas estratégicas da Prefeitura.*



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073 de 30 de setembro de 2022, subsidiado pela análise técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, sem nada mais evocar, **NÃO CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **PRIMETECH INFORMÁTICA LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do **Pregão Eletrônico n.º 90.139/2024**, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pela alteração do edital em comento.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 19 de novembro de 2024.

JONATHAN P. CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula: 206.870